

Com a seca a poluição deixará a cidade inabitável, segundo o Superintendente da Caesb

FMI impede tratamento do Lago

Brasília corre o sério risco de se tornar inabitável a partir da próxima seca, que começa em julho, em virtude do alto grau de poluição do Lago Paranoá. A causa é a falta de recursos financeiros que, apesar de existirem, estão impossibilitados de serem repassados pelo BRB à Caesb em virtude da Resolução 831 do Banco Central, criada a partir do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que determina um teto de endividamento do setor público. A denúncia é do superintendente da Caesb, João Carlos de Siqueira Filho, após encontro de representantes da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental com o ministro do Interior, Mário Andreazza.

— Para a despoluição do Lago seriam precisos, até novembro passado, a importância de Cr\$ 50 milhões. Há um contrato da Caesb com o Banco Nacional da Habitação (BNH), na área do Plano Nacional de Saneamento (Planasa), no valor de Cr\$ 200 milhões, que poderia alcançar a cifra de Cr\$ 436 milhões, mas que não estão sendo repassados pelo Banco Regional de Brasília (BRB) à Companhia por causa dessa resolução, disse João Carlos.

Obrigação do governo

Ele disse que «é preciso considerar o saneamento básico essencial. Obrigação do governo, já que é uma questão de saúde pública, minimizando o fluxo hospitalar além de gerar empregos».

João Carlos lembrou que em quase todo o mundo o tratamento dos esgotos urbanos é assumido pelo governo a fundo perdido, sendo que 75 por cento nos Estados Unidos e na Europa. Para ele, o Paranoá «é fato concreto». Explicou que desde a sua criação, o Lago tem recebido esgotos num fluxo de mil litros por segundo — 50 por cento dos quais não são tratados — além do escoamento pluvial. «Hoje não existe perspectiva de recuperação, sem investimentos», disse João Carlos, acrescentando que eles são necessários para resolver o problema.

O superintendente da Caesb considerou fundamental a adoção de três medidas: primeiro o tratamento terciário dos esgotos; segundo, a definição e o respeito à saturação urbana; e em terceiro lugar, o uso racional do solo. Tais procedimentos, segundo explicou, são importantes devido ao fato de que 80 por cento dos problemas são inerentes aos esgotos.

O programa de despoluição do Lago Paranoá, em três anos e meio, aplicaria 12 milhões de UPCs, mas até agora só foram liberados 1,514 milhão, o que aumenta sobremaneira o risco da cidade se tornar um grande deserto.